



O Presente Projeto Educativo tem como principal objetivos:

- Consagrar a orientação educativa da escola, resumindo aquilo que pretende ser e o que irá realizar para o conseguir, no quadro da sua autonomia.
- Afirmar a identidade organizacional da Escola e expor o seu plano estratégico.

A Direção Geral da Escola, em 12 de dezembro de 2011, promulga as disposições contidas neste documento e reafirma que compete a todos os Colaboradores, a todos os níveis, o cumprimento das determinações que dele constam.

Presidente da Associação Empresarial de Fafe, _____

Vice-Presidente da Entidade Proprietária, _____

Diretor Executivo, _____

Diretor Financeiro, _____

Diretor Pedagógico, _____

FORMAR PARA A QUALIDADE ... FORMAR PARA A EXCELÊNCIA.

O projeto educativo é
o instrumento organizacional
de expressão da vontade coletiva da escola-comunidade educativa,
é um documento que dá um sentido útil à participação,
é a corporização operativa da autonomia da escola.

Assim, projeto educativo,
comunidade educativa, direção, participação, autonomia,
são conceitos que se relacionam intimamente
e são a arquitetura conceptual
de uma nova conceção de escola.

João Formosinho

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	5
2.1 ENQUADRAMENTO LEGAL	5
3. DEFINIÇÃO DE ESCOLA	7
2.1 CONCEÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA PERFILHADA PELA INSTITUIÇÃO.....	7
2.2 ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO PROJETO EDUCATIVO	8
2.3 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	9
2.4 HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO	10
4. CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL.....	13
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE.....	13
3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DA INSTITUIÇÃO	13
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO	15
3.4 SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	16
3.5 AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	16
4. IDEÁRIO.....	17
4.1 MISSÃO	17
4.2 VISÃO	17
4.3 POLÍTICA DA QUALIDADE.....	17
5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA SITUAÇÃO	19
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS EDUCATIVOS	19
5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS FORTES A POTENCIAR E DAS DEBILIDADES A MELHORAR.....	20
5.3 INDICADORES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS E DAS METAS.....	20
6. OBJETIVOS GERAIS	25
6.1 OBJETIVOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE FAFE	25
7. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	27
7.1 PRINCÍPIOS, VALORES E LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO.....	27
7.2 DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO.....	29
8. FORMAÇÃO MINISTRADA	33
8.1 DESTINATÁRIOS.....	33
8.2 OFERTA FORMATIVA	33
9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL.....	35
9.1 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	35
9.2 RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL.....	38
10. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	40
11. CONCLUSÃO	42
12. DISPOSIÇÕES FINAIS	42

1. INTRODUÇÃO

“O Projeto Educativo, instrumento de planeamento de ação educativa numa escola, é o documento que define a identidade da instituição. Nele estão lavradas a orientação educativa, as linhas de ação da organização funcional do processo de ensino e aprendizagem, os princípios e valores a defender e as metas educativas a atingir. Assume-se assim como o quadro de referência no qual se revê toda a comunidade educativa.”

Num sistema complexo como é o de uma escola, onde várias realidades sociais, culturais, educacionais e cívicas se cruzam, exige-se que seja feita uma visão integrada e integradora às realidades estruturais e funcionais, materiais e humanas, didáticas e pedagógicas, capaz de conduzir a uma melhoria do serviço prestado pela escola à comunidade que serve.

Assim, num contexto de emergência de diversas dinâmicas no domínio da educação, a Escola Profissional de Fafe elaborou o seu Projeto Educativo que teve como suporte a participação e responsabilização de todos os intervenientes do espaço educativo em que se insere. Assumimos construir um projeto dinâmico, capaz de assumir-se como um instrumento de reflexividade e como meio de aferir padrões e metas educativas a que nos propusemos atingir com a população escolar da nossa área de influência.

O caminho a seguir objetiva a melhoria intencional de todas as capacidades dos alunos e dos demais elementos da comunidade educativa, seguindo uma gestão e decisão democráticas e uma permanente articulação expansiva entre todos os intervenientes. O Projeto Educativo apresenta-se como um agente de inovação, de orientação e condução de mudanças da ação educativa, conferindo-lhe um carácter estratégico num espaço de verdadeira partilha de experiências e com uma atuação concertada de todos os agentes educativos.

Assim, o Projeto Educativo assume-se como um documento de carácter programático e institucional, que garante estabilidade à escola a médio prazo e que constitui os alicerces fundamentais da sua ação educativa. Nele podemos encontrar de forma clara, entre outros, a missão, a visão e os objetivos gerais da escola que orientam a ação educativa no âmbito da sua autonomia.

Em suma, podemos afirmar que o Projeto Educativo “cria a matriz de suporte” que irá ser concretizada pelo Projeto Curricular e pelo Plano de Atividades da Escola.

2. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

A conceção do projeto educativo tem acompanhado, nas últimas duas décadas, a crescente evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração das escolas.

Do facto, o Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, define o princípio de que *“a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.”* Uma definição mais clara do projeto educativo surge com o despacho nº 113/ME/93, de 23 de junho, no qual se assinala que *“(...) o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação enquanto processo racional e local e procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.”* Mais recentemente, o decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, considera o projeto educativo como *“(...) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa...”*, assim, é com este diploma legal que o projeto educativo da escola aparece justificado.

“GERIR FORMAÇÃO, GERIR MUDANÇA, PROMOVER QUALIDADE” – é sob a égide deste lema que a EPFafe, pauta a sua atuação, alicerçada num contínuo esforço em prol da formação profissional de jovens.

As suas origens remontam, indiretamente, à Lei n.º 46/86 – Lei de Bases do Sistema Educativo – que consagra entre os seus objetivos a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica com vista à entrada no mundo do trabalho. Com a aprovação do Decreto-lei n.º 26/89 que criou o modelo das escolas profissionais, viram-se reunidas as condições legislativas necessárias para a emergência destas instituições de serviço público, especialmente vocacionadas para responder às modificações estruturais verificadas nos últimos anos no mundo profissional (*mundo na organização do trabalho, na qualificação do pessoal e na qualidade do trabalho a prestar*) que, por si, exigem maior flexibilidade e polivalência aos recursos humanos (Ministério da educação, 1995).

Tem sido crescente o interesse em proporcionar à escola a criação de um processo de estrutura organizacional, tentando transferir para a escola poderes cada vez mais alargados de intervenção

pedagógica e curricular. Neste pressuposto, foi publicado recentemente o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que constitui o quadro teórico-conceitual de legitimação do projeto educativo da escola, ao atribuir ao órgão pedagógico a elaboração da proposta do projeto educativo e a submeter à direção da escola. Trata-se, pois, de um novo modelo de gestão desencadeado pelos sucessivos movimentos de reforma educacional para dar resposta às exigências e expectativas da sociedade e reduzir a centralidade das decisões, procurando localizar na escola o núcleo central da requalificação da educação como unidade organizacional de decisão.

A Escola profissional de Fafe foi criada em 1 de agosto de 2000, através de um Contrato-programa celebrado entre o Ministério da Educação e a então Associação Comercial e Industrial da Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, nas qualidades de entidade proprietária e promotora. A Associação Comercial e Industrial da Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, atual Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, foi fundada em 23 de maio de 1920, é uma Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, com Personalidade Jurídica e de Utilidade Pública. Aposta na formação técnico profissional, empenha-se na dinamização do comércio local, procura munir-se de todos os meios necessários de forma a assegurar informação contínua e eficaz aos seus associados, existindo para tal gabinetes técnicos especializados de apoio.

Estando a sua génese profundamente marcada pelo imperativo de **responder às necessidades de qualificação de recursos humanos** do desenvolvimento económico e social do país e da região, esta escola ultrapassa uma reduzida centralização nos aspetos técnicos, apontando como **objetivo central o investimento na educação dos jovens e o contributo para a sua formação integral**. Para tal, pretende-se que estes adquiram uma sólida formação inicial que contemple a aquisição, o aprofundamento e domínio de conhecimentos, competências e atitudes, para que venham a atingir níveis de excelência, quer como pessoas, quer como cidadãos, quer como técnicos.

No sentido de melhorar a educação/formação dos alunos e técnicos formados e na procura de uma maior adequação da formação às necessidades do mercado de trabalho, a Escola Profissional de Fafe tem apoiado várias iniciativas e projetos. Subjacente a estas iniciativas está a vontade de proporcionar experiências bastante aproximadas do mundo real, embora num contexto altamente securizante, garantindo uma formação de base suscetível de conferir aos indivíduos uma capacidade de adaptação às situações profissionais que terão que enfrentar (Fonseca, 1993). Numa visão mais mesossistémica (Bronfenbrenner, citado por Soczka, 1993), a escola envida esforços no estreitamento e reforço da ligação com o exterior, sobretudo com o tecido empresarial e empregador, possuindo já protocolos com empresas e autarquia local.

A escola procura desenvolver e promover o intercâmbio de opiniões relativas à formação e qualificação profissional e de realização de estudos e ações conjuntas, procura-se, deste modo, assegurar condições para que os alunos levem a cabo formações em contexto real de trabalho, através de estágios que efetivem a necessidade de alternância entre postos de formação e postos de trabalho.

3. DEFINIÇÃO DE ESCOLA

2.1 CONCEÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA PERFILHADA PELA INSTITUIÇÃO

A Escola Profissional de Fafe (EPFafe) é uma instituição dinâmica, pensada, planeada e criada com o intuito de proporcionar reais alternativas de formação aos jovens que pretendem enveredar por uma via profissionalizante. A todos eles objetivamos fomentar e incentivar o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas às necessidades do mundo atual.

Apostamos nos jovens como maior riqueza da nossa sociedade, por isso, as nossas metas educacionais assentam nos quatro pilares da educação: *aprender o saber-conhecimento, o saber-fazer, o saber-ser e o saber-vivendo e interagindo em sociedade.*

Pretendemos proporcionar um ensino de qualidade e qualificante que vise o reconhecimento por parte do tecido empresarial local e regional. Neste âmbito, investimos numa sólida formação inicial que contemple a aquisição, o aprofundamento e o domínio de conhecimentos, competências, capacidades e atitudes, para que os jovens formandos venham a atingir no desempenho da sua atividade profissional, níveis de excelência, quer como cidadãos, quer como técnicos.

Para pôr em prática estas intenções, auscultamos as necessidades empresariais e procuramos responder às expectativas das mesmas. Nesta medida os nossos cursos funcionam em ligação permanente com as empresas, proporcionamos parcerias educativas e potenciamos o enriquecimento nos vários setores económicos e sociais.

A EPFafe tem por objeto a criação, organização e funcionamento de cursos via profissionalizante no âmbito do ensino não superior, bem como outras atividades de educação e formação, designadamente:

- a) Cursos de ensino Secundário com certificação profissional de Nível IV;
- b) Cursos de Educação e Formação de Jovens com certificação de Nível II;
- c) Programas de apoio à inserção no mercado de emprego de jovens diplomados;
- d) Programas de acompanhamento do percurso vocacional formativo e profissional dos alunos e o desenvolvimento dos seus projetos de vida.
- e) Ações de contacto, articulação e envolvimento dos alunos com o tecido empresarial local e regional.
- f) Outras ações de formação profissional, desde que contenham uma dimensão educativa adequada, designadamente através da componente de formação Sociocultural, e que resultem da adaptação do dispositivo curricular dos cursos ministrados às características, necessidades e potencialidades do tecido sócio-económico envolvente.

Todos os cursos têm uma carga técnica relevante, pois são áreas viradas para o mercado de trabalho, visando prioritariamente, a inserção dos jovens na vida ativa. A formação assenta num contacto direto com o mundo do trabalho, assim, privilegiamos o acompanhamento individualizado, os trabalhos de projeto (*em contexto de trabalho*) e os estágios de observação, cooperação e integração direta nas empresas.

O sucesso educativo da EPFafe assenta numa adequada e rigorosa planificação das suas atividades, com objetivos definidos, cuja concretização implica um quadro de pessoal devidamente qualificado, motivado e empenhado nas suas funções bem como atento a todos os pormenores inerentes à formação dos jovens.

É na consecução da Formação em Contexto de Trabalho e na apresentação da Prova de Aptidão Profissional que as respostas do meio empresarial são mais visíveis, contratando os jovens diplomados. É também nesta altura que se procede a um balanço à formação ministrada e à sua adequação às necessidades do meio de forma a permitir aos jovens uma eficaz inserção no mercado de trabalho. Abertas as portas ao primeiro emprego, a escola oferece ainda aos jovens diplomados um acompanhamento visando o sucesso na vida profissional dos jovens.

2.2 ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO PROJETO EDUCATIVO

Entendemos por Projeto Educativo o **instrumento de gestão que orienta a ação educativa** explicitando as metas a atingir, com a participação da comunidade educativa e tecido empresarial em que se estabelece a identidade da nossa Escola. É o documento que resume **aquilo que a Escola pretende ser e o que irá realizar para o conseguir**, no quadro da sua autonomia.

Falar de projeto é, pois, abrir novos horizontes, pensar em mudança, em intervenção, na tentativa de dar um significado e um sentido a esta instituição educativa na perspetiva de poder haver constantemente novos desafios. O Projeto Educativo apresenta-se, assim, como um instrumento autónomo do ponto de vista legal e funcional, já que se procura a classificação organizacional e a planificação estratégica em termos operatórios. Projetam-se neste documento as prioridades educativas, as linhas gerais de atuação, a gestão otimizada dos recursos materiais e humanos, pelo que constitui o ponto de referência com vista à globalização e unidade da ação educativa.

É, desde o início da sua construção, a **afirmação da identidade organizacional da Escola Profissional de Fafe** e surge como um **documento de planificação estratégica** plurianual, aberto e dinâmico, afirmando os valores, as políticas e os objetivos desta instituição. O termo projeto assume atualmente conotações variadas, pela apropriação que dele fizeram as diversas áreas do conhecimento. No entanto, neste caso específico, interessa fazer o enquadramento conceptual no campo da educação profissional, tendo sempre como base a forte ligação ao meio onde a escola se insere, o que permite responder às necessidades envolventes e às expectativas dos jovens.

Pelas suas características, não encontraremos neste documento informações sobre a ação diária da escola, dado que se deve proceder para esse efeito, à consulta dos outros dois documentos da escola: o plano anual de atividades e o regulamento interno. Não estamos, pois, em presença de um instrumento que prevê a resposta direcionada unicamente a nível sectorial do sistema organizacional da escola, mas antes de um dispositivo que pretende assumir uma intervenção global a nível dos diversos espaços de funcionamento da instituição escolar.

Projetam-se neste documento as prioridades educativas, as linhas da atuação, a gestão otimizada dos recursos materiais e humanos, pelo que constitui o ponto de referência com vista à globalização e unidade da ação educativa para todos aqueles que escolheram enveredar por uma via profissionalizante. O Projeto Educativo foi desde o início da sua construção/elaboração, fator de mobilização por parte dos todos os elementos da comunidade educativa e do tecido empresarial envolvente, da discussão de opiniões e de um conjunto de intenções que procuram, em última instância, a afirmação da identidade organizacional da EPFafe.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

No cumprimento do estipulado na legislação em vigor, foi constituído um grupo de trabalho que levou a efeito a construção deste Projeto Educativo. Numa **fase preliminar** foi constituída a equipa, foram garantidos os princípios de coerência entre os diferentes elementos para o percurso metodológico a adotar. O consenso estabeleceu-se em torno dos seguintes propósitos:

- A elaboração do projeto ser participada, no sentido da construção de uma identidade consensual, implicando os diferentes agentes educativos;
- O documento reunir os interesses comuns numa intenção-base de responsabilização assumida;
- A construção do documento funcionar como dispositivo de reflexão e de formação para os agentes educativos, potencializando atitudes de autoformação e competências no âmbito do trabalho de grupo;
- O documento ser um instrumento ativador da intervenção;
- O documento funcionar como quadro de referência para todos os elementos da comunidade educativa;
- O documento funcionar como um *rostro*, capaz de definir o que somos e o que pretendemos ser.
- O projeto educativo prever a autorregulação, no sentido de permitir uma constante avaliação do processo.

Após a definição destes objetivos, o grupo de trabalho definiu uma estratégia de ação, no sentido de conduzir a que toda a comunidade escolar se envolvesse na construção do projeto, passando-se assim para uma **fase de mobilização** dos atores, onde se seguiu a **fase de participação** de todos os agentes educativos. Foram então previstas e preparadas instâncias de autorregulação sistemáticas, no sentido de permitir uma constante avaliação do processo. Este processo foi suportado por uma recolha de informação junto da comunidade interna e externa: recolha de inquéritos (*a alunos, professores,*

funcionários e empresas cooperantes) e entrevistas aos *stakeholders*, e espelhado em relatórios estatísticos que objetivaram a elaboração do **diagnóstico estratégico** sobre o funcionamento da escola com vista ao apuramento de mecanismos de autoavaliação de controlo e de melhoria contínua.

Na **fase de validação** foram avaliados e aferidos o grau de eficácia dos objetivos e metas traçados para a escola e retroagiu-se no sentido de estabelecer as necessárias correções e aperfeiçoamentos, bem como foram dados a conhecer à comunidade os resultados obtidos. Numa etapa posterior foi elaborada a redação final do documento a qual se seguiu a **fase de aprovação** onde foi posto à discussão e aprovação o documento pelos órgãos competentes da escola. Para a **fase de difusão do Projeto Educativo** foram utilizados os meios que julgamos mais adequados: colocação *on-line*; edição impressa para distribuição e arquivo nos respetivos departamentos e ações públicas de divulgação.

A par da autoavaliação a escola possui um Plano de Marketing e de Comunicação que visa mostrar os potenciais da escola tendo em vista aumentar a procura e divulgar os percursos formativos que a escola dispõe. Neste âmbito o Plano de Marketing e de Comunicação contempla mecanismos de comunicação, equipas de divulgação e estratégias de promoção da escola no exterior. O objetivo desta ação visa responder positivamente nas escolhas dos jovens, encaminhando os candidatos para os cursos para os quais estão vocacionados e interessados e com mais garantias de empregabilidade, apoiando-os na tomada de uma decisão mais consciente e eficaz para o seu futuro.

2.4 HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

A **9 de maio de 2000** constituiu-se como Escola Profissional de Fafe pela autorização prévia de funcionamento n.º 140 através de um Contrato – Programa assinado entre a Direção Regional de Educação do Norte e a Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

No primeiro ano de arranque, ano letivo de 2000/2001, o número de alunos situava-se nos 97, distribuídos por três cursos de nível III: Técnico de Informática Aplicada à Indústria; Técnico de Planeamento e Gestão da Produção e Animador Sócio-Cultural.

No ano letivo de 2002/2003, como resposta quer à procura que sempre excedeu largamente a oferta de vagas disponíveis, quer pelas necessidades de formação sentidas pelo tecido empresarial local, a escola alargou a sua oferta educativa com dois novos níveis de ensino profissional: nível II (*Pós-Básico – Curso de Operador de Informática*); nível IV (*Pós-Secundário – Curso de Especialização tecnológica em Aplicações Informáticas de Gestão*). Por outro lado deixou de ministrar o Curso de Animador Sociocultural. Passou a ter um total de 101 alunos, número limite de alunos para os espaços físicos disponibilizados. No ano letivo de 2003/2004, foi mantida a oferta educativa dos cursos de nível II e nível III e o número total de alunos da escola passou a ser de 110 alunos.

No ano letivo de 2004/2005 mais uma vez foi alargado o leque de oferta educativa com um novo curso de nível III, Técnico de Informática/Gestão e a continuidade do curso de nível IV, Curso de Especialização Tecnológica em Aplicações Informáticas de Gestão, desta vez em regime noturno. Frequentavam a escola 109 alunos. No ano letivo de 2005/2006 a oferta educativa dos cursos de nível III mantém-se igual à do ano letivo anterior. Quanto aos cursos de especialização tecnológica, estes foram indexados ao ensino superior pelo que à data à nossa escola ficou a responsabilidade de apenas concluir o curso que iniciou em 2004. Cursavam na escola 98 alunos.

No ano letivo de 2006/2007 mais uma vez foi ampliado o leque de oferta educativa com dois novos cursos de nível III, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e Técnico de Vendas. Assim, em execução tínhamos cinco cursos distribuídos por seis turmas. A escola atingia um máximo de 115 alunos.

No ano letivo de 2007/2008 a EPFafe vê duplicar a sua oferta formativa, novos desafios surgem na vida da comunidade educativa. Integrada na iniciativa Novas Oportunidades, a escola assume a concretização de Cursos de Educação e Formação. Assim, o ano letivo de 2007/2008 contou com 207 alunos distribuídos por Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação num total de 12 turmas.

Em 2008/2009 a Escola aumenta mais uma vez a sua oferta formativa e passa a abraçar 13 turmas com um total de 217 alunos.

- a) Os cursos profissionais recebem os cursos de Técnico de Informática de Gestão, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e Técnico de Vendas. Totaliza 6 turmas.
- b) Os Cursos de Educação e Formação contemplam cursos de tipologia 2 e tipologia 3: Cabeleireiro (T2); Instalador e Reparador de Computadores (T2); Operador de Armazenagem (T2); Operador de Informática (T2), Operador de Fotografia (T3) e Empregado Comercial (T3).

No ano de 2009/2010 a Escola diversifica mais uma vez a sua oferta formativa e passa a ministrar o curso profissional de Técnico de Multimédia e o curso de Práticas de Ação Educativa nos Cursos de Educação e Formação.

Com a publicação da portaria 782/2009, de 23 de Julho, é oficialmente reconhecido aos cursos profissionais o grau de nível IV dentro do quadro de referenciação europeu.

Assim, no ano letivo de 2011/2012 a EPFafe atinge o número de 9 turmas do nível IV, com 4 cursos em desenvolvimento (Técnico de Informática de Gestão, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Vendas e Técnico de Multimédia). Os Cursos de Educação e Formação contemplam 7 turmas, ramificados em cursos de tipologia 2 e tipologia 3: Instalador e Reparador de Computadores (T2); Instalação e Operação de Sistemas Informáticos (T2); Práticas de Ação Educativa (T2); Refrigeração, Ar Condicionado e Climatização (T2); Operador de Fotografia (T3) e Empregado Comercial (T3).

O histórico da Escola assume assim uma média de sucesso de 86% na conclusão dos cursos e uma taxa de empregabilidade aproximadamente de 90%. Quanto ao abandono escolar a escola regista o valor de 8%. As causas apontadas para tal facto prendem-se com o enquadramento sócio-económico da região envolvente e pelas conseqüentes necessidades económicas das famílias que levam a que os jovens sejam lançados para empregos precários a troco de uma rápida injeção de honorários nos rendimentos familiares.

O espaço de **Escola - Sede** é um edifício de arquitetura de casa brasileira, os seus espaços compreendem a ocupação 3 pisos que obedecem a um critério de funcionalidade: serviços administrativos e de gestão; salas de aulas, teóricas e laboratórios específicos; serviços de apoio a professores e alunos; centro de recursos em conhecimento; espaços de lazer e convívio, quer no interior quer no exterior; bar e cantina. A escola possui equipamentos adequados que permitem um ensino que se caracteriza por uma forte componente prática, experimental e de simulação de situações reais de trabalho. Possui *Internet via rede* e *wireless* que cobre todas as áreas. O espaço exterior é amplo, proporcionando um ambiente acolhedor e agradável e está equipado para dar resposta às condicionantes climatéricas e de acessibilidade. Os espaços de interior compreendem:

Piso 0:

- Laboratório de Informática, onde são lecionadas aulas práticas
- Laboratório de Física e Química
- Cantina/Bar e arrecadação
- Sala de convívio de alunos, com espaço de Internet
- Sala de Professores
- Uma arrecadação

Piso 1:

- Dois laboratório de informática onde são lecionadas as aulas práticas
- Serviços Administrativos de apoio a alunos e Reprografia
- Instalações sanitárias destinadas aos docentes e auxiliares de Ação Educativa
- Gabinete de trabalho para docentes, equipado com biblioteca de apoio e computadores com acesso à Internet

Piso 2:

- Quatro salas de aulas destinadas a aulas teóricas
- Um laboratório de informática onde são lecionadas aulas práticas
- Biblioteca/MEDIATECA
- Serviços Administrativos de apoio a docentes
- Gabinetes da Direção Executiva e Direção Pedagógica
- Contabilidade
- Instalações sanitárias

Piso 3:

- PBX
- Gabinete da Direção Financeira
- Gabinete dos Serviços de Psicologia e Orientação
- Área de arquivos
- Secção de arrumos

O espaço da **Escola - Extensão Educativa** é igualmente um edifício de arquitetura de casa brasileira. A área educativa ocupa 2 pisos onde se distribuem: serviços administrativos e de gestão; salas de aulas, teóricas e laboratórios específicos; estúdio de fotografia/multimédia com régie; serviços de apoio a professores e alunos; espaços de lazer e convívio. Os espaços estão apetrechados com equipamentos adequados que permitem igualmente um ensino prático, experimental e de simulação de situações reais de trabalho. A *Internet é disponibilizada via rede* e tem cobertura *wireless* em todas as áreas.

Piso 0:

- Receção

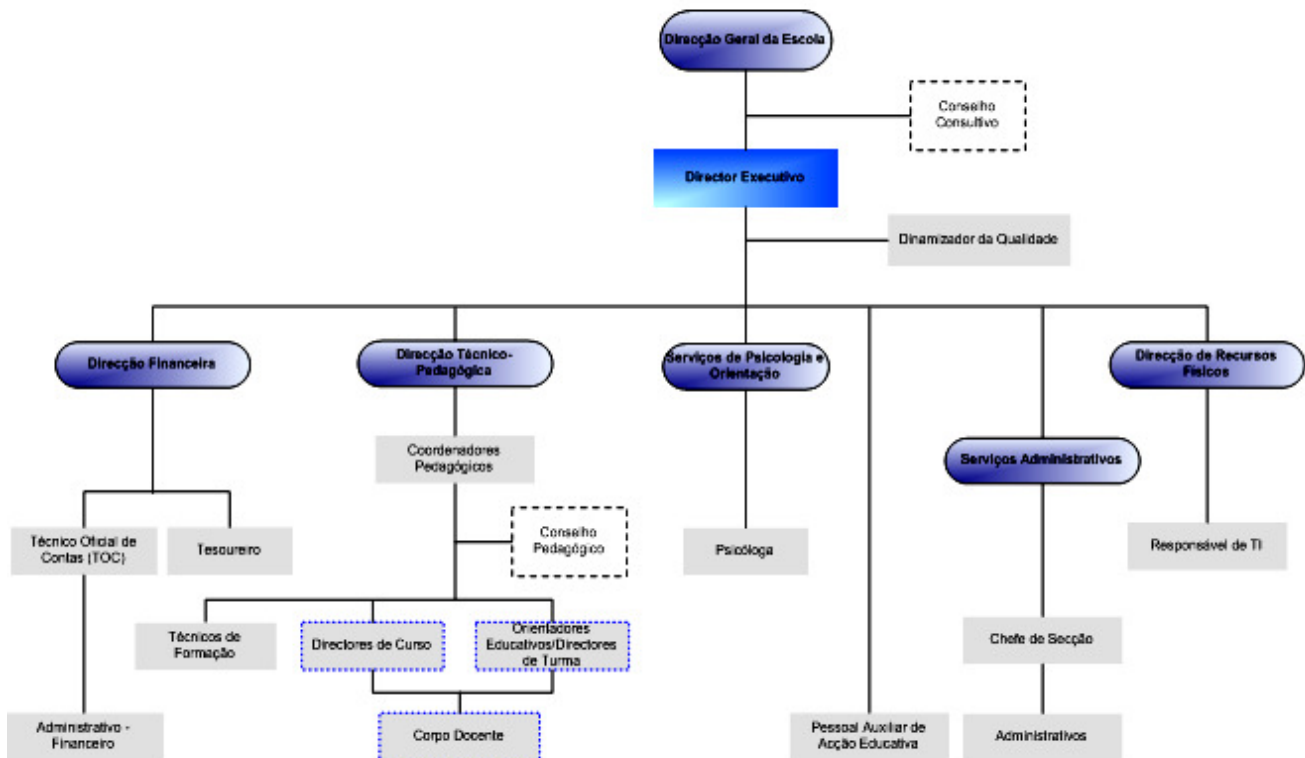
- o Dois laboratórios de informática, onde são lecionadas aulas práticas
- o Um Estúdio de Fotografia/Multimédia e uma Régie
- o Duas salas teóricas
- o Um laboratório/salão de Cabeleireiro, onde são lecionadas aulas práticas do curso de cabeleireiro
- o Espaço de convívio de alunos, com espaço de Internet e de aquisição de géneros alimentícios
- o Serviços administrativos
- o Instalações sanitárias destinadas aos alunos
- o Uma arrecadação
- o Espaço de convívio de alunos, com espaço de Internet e de aquisição de géneros alimentícios

Piso 1:

- o Um laboratório de informática, onde são lecionadas aulas práticas
- o Uma sala teórica
- o Sala de trabalho para professores
- o Instalações sanitárias destinadas aos alunos
- o Instalações sanitárias destinadas a docentes e auxiliares de ação educativa
- o Uma arrecadação
- o Serviços administrativos

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

ORGANIGRAMA FUNCIONAL



3.4 SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Procuramos selecionar e adequar os recursos humanos, na medida do possível, às características/especificidades da formação a ministrar, ao tipo de público-alvo da ação, aos objetivos e metas a alcançar nos cursos e ao perfil do técnico que nos propomos formar.

Apostamos na experiência profissional dos docentes e no reconhecido trabalho desenvolvido e/ou que se pretende desenvolver nas áreas para as quais são selecionados. Privilegiamos ainda uma boa preparação científica e pedagógica como garantia de uma formação de qualidade. Na impossibilidade de serem contratados professores a tempo inteiro, recorreremos a formadores externos. Para as áreas tecnológicas privilegiamos o recrutamento de formadores portadores de qualificação profissional adequados e dentro dos possíveis que estejam inseridos no tecido empresarial onde pretendemos colocar os futuros diplomados.

A seleção e recrutamento de recursos humanos têm como base a definição da oferta formativa para o ano letivo seguinte. Consultada a base de dados dos *Curriculum Vitae* rececionados, são escolhidos aqueles que correspondem às áreas de formação pretendidas e que respeitem os requisitos definidos pela instituição. A atividade de seleção e recrutamento do pessoal docente tem como base uma análise ao *Curriculum Vitae* e uma entrevista realizada pelos Diretor Executivo e Diretor Pedagógico. A seleção e recrutamento do pessoal não docente assenta numa análise ao *Curriculum Vitae* e uma entrevista realizada pelo Diretor Executivo.

3.5 AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na EPFafe a avaliação dos recursos humanos é feita de forma sistemática em dois momentos ao longo do ano letivo. A avaliação ao desempenho docente tem como base os seguintes elementos: a avaliação depreendida dos inquéritos aos alunos; a autoavaliação recolhida do Relatório Crítico de Desempenho Docente; a avaliação dada pelo Diretor Executivo e Diretor Pedagógico. A avaliação de desempenho ao pessoal não docente é sustentada pelos seguintes elementos: a avaliação recolhida dos questionários; a autoavaliação do colaborador avaliado; a avaliação do avaliador.

O resultado das avaliações de desempenho de pessoal docente e não docente é considerado no levantamento de necessidades de Formação Interna.

4. IDEÁRIO

4.1 MISSÃO

“Ser reconhecida como uma escola de referência pela excelência educativa e pelas suas intervenções no desenvolvimento da região.”

A Escola Profissional de Fafe será uma escola de referência não só para a região onde se encontra inserida, mas a nível nacional, pela qualidade da formação profissional ministrada e pela promoção de princípios e valores nos jovens que se comprometerem abraçar a vertente profissionalizante no seu percurso formativo, potenciando “Formar para a qualidade ... Formar para a excelência”.

4.2 VISÃO

É visão da EPFafe formar jovens, proporcionando-lhes uma formação qualificante e “know-how” efetivo que lhes permita integrar o mundo do trabalho com sucesso, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade em que vivemos, em particular da região onde estamos inseridos.

Assim, o propósito da organização e a justificação da nossa existência passa por afirmarmo-nos como uma instituição que assenta nos seguintes princípios e valores:

- Procura a inovação e qualidade na formação ministrada e pensa um projeto curricular inovador e sustentado que produza a excelência na integração dos jovens no mundo do trabalho;
- Procura melhorar a qualidade do sucesso escolar e profissional dos jovens;
- Promove uma organização interna e funcional capaz de responder aos interesses da formação dos alunos e das necessidades empresariais da região;
- Forma os jovens conscientes dos seus deveres de cidadania na sua dimensão pessoal e social;
- Promove o combate ao abandono escolar;
- Valoriza o desenvolvimento dos profissionais que nela trabalham;
- Procura promover a cultura de autoavaliação e de melhoria sistemática e contínua dos seus serviços;
- Incentiva a participação na escola e a corresponsabilização no processo educativo por parte das famílias;
- Valoriza a manutenção e melhoria das instalações da escola;
- Disponibiliza recursos didáticos inovadores e promove a utilização das novas tecnologias.

4.3 POLÍTICA DA QUALIDADE

A EPFafe, entende que a QUALIDADE é fundamental e prioritária, no segmento da sua atuação e acredita que só um forte compromisso com a Melhoria Contínua da organização, permitirá desenvolver e fornecer todo o serviço segundo a sua Missão e que vá ao encontro da sua Visão.

A EPFafe, assume gerir a sua organização pela Qualidade, através de um Sistema de Gestão da Qualidade que expressa a sua identidade, assim como pela definição dos princípios e objetivos de gestão:

- Formação qualificante de jovens com perfil ajustado ao tecido empresarial local;
- Recetividade permanente à inovação;
- Estabelecimento de parcerias com o tecido empresarial e outras organizações nacionais e internacionais;
- Cumprimento dos requisitos emanados pela legislação e normas aplicáveis no sentido de garantir a qualidade/excelência dos serviços prestados;
- Aposta na comunicação interna e na disponibilização de informação relevante para todos os departamentos;
- Promoção da satisfação dos colaboradores, alunos, famílias, empresas, outras instituições e comunidade envolvente;
- Desenvolvimento e implementação de metodologias conducentes à melhoria contínua.

5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA SITUAÇÃO

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS EDUCATIVOS

Do diagnóstico efetuado a possíveis “situações problema”, consideramos que os pontos mais sensíveis residem nos seguintes factos:

MATRIZ SWOT	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Análise externa	
<ul style="list-style-type: none"> • O ensino obrigatório passar a ser de 12 anos. • O plano de desenvolvimento regional apontar para a necessidade de evolução/revolução empresarial capaz de responder aos desafios e necessidades atuais nas áreas das: ciências informáticas; audiovisuais e produção dos <i>media</i> e do comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • O concelho começar a apresentar indicadores de um decréscimo de jovens; • Não existir uma rede de formação sustentada o que leva a sobreposição de formação ministrada (escolas públicas e pela nossa escola); • O valor de financiamento dos cursos estar indexado ao volume de formação.
Análise interna	
<ul style="list-style-type: none"> • A escola ter larga experiência na formação profissional de jovens e estar bem equipada nas áreas de formação que ministra. • A escola ter boas ligações com o tecido empresarial local; • A escola ter uma boa imagem no exterior; • A escola ser reconhecida como uma instituição que forma jovens capazes de integrar o mercado de trabalho de forma com sucesso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os atuais constrangimentos na aprovação financeira dos cursos por parte Fundo Social Europeu. • As medidas da redução de custos na formação limitarem o investimento em novos recursos e obrigarem a uma gestão muito apertada dos recursos financeiros disponíveis;

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • A escola ter recursos humanos capazes de dar resposta positiva e adequada para os cursos que ministra. • A escola possuir equipamentos e recursos físicos capazes de dar resposta a cursos exigentes, respondendo muito positivamente à inovação. • O corpo docente fomentar junto dos alunos a criação e desenvolvimento de projetos inovadores tendo em vista descobrir novos potenciais e divulgar competências dos alunos. • A escola promover a participação dos alunos em eventos culturais e lúdicos junto da comunidade envolvente. • A escola ter uma bolsa de empresas cooperantes capaz de dar resposta às necessidades da Formação em Contexto Trabalho (FCT). 	<ul style="list-style-type: none"> • A escola não puder crescer muito mais por falta de espaço, o que a leva a não poder crescer. • No âmbito social, os nossos alunos proveem de famílias de níveis sócio-económicos médios a baixos e são filhos de adultos pouco escolarizados. • A manifesta percentagem de jovens que proveem de famílias com problemas familiares graves e muitas vezes com necessidades de acompanhamento pelos SPO. • Os alunos começarem a desistir dos cursos por necessidades familiares e/ou por aliciamento de conquista de um emprego precoce. • O facto dos pais/encarregados de educação manifestarem pouca participação na vida da escola, recorrem a esta só quando solicitados.

<ul style="list-style-type: none"> • A escola possuir Serviços de Psicologia e Orientação que respondem positivamente às necessidades que têm vindo a crescer na comunidade escolar. • A escola ter vindo a registar elevadas taxas de empregabilidade nos últimos anos. 	
--	--

Tendo presente que só vencem os mais fortes, estamos certos que só a qualidade será o elemento de competitividade que fará a diferença. Daí a razão de ser do nosso Projeto Educativo:

“Formar para a Qualidade ... Formar para a Excelência.”

5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS FORTES A POTENCIAR E DAS DEBILIDADES A MELHORAR

<p>PONTOS FORTES A POTENCIAR</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade e sucesso escolar dos alunos. • Melhorar as taxas de empregabilidade conseguidas. • Consolidar a seleção e/ou a manutenção de recursos humanos qualificados. • Diversificar e enriquecer os equipamentos e recursos físicos da escola. • Maximizar criação e desenvolvimento de projetos inovadores junto dos alunos. • Aumentar e diversificar a bolsa de empresas cooperantes para responder mais positivamente às necessidades da Formação em Contexto Trabalho. • Reforçar o apoio e orientação dos SPO aos alunos que dela necessitem. • Potenciar a motivação e empenho do pessoal docente e não docente. • Reforçar o processo de autoavaliação das aprendizagens dos alunos.
<p>PRINCIPAIS DEBELIDADES A MELHORAR</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os resultados a algumas disciplinas que integram a componente tecnológica dos cursos. • Maximizar a articulação entre os Cursos de Educação e Formação e os Cursos Profissionais. • Baixar as taxas abandono escolar. • Conseguir manter a qualidade dos equipamentos e recursos físicos da escola apesar do financiamento disponível para essas rúbricas.

5.3 INDICADORES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS E DAS METAS

5.3.1 Reduzir o insucesso e assegurar a melhoria do ensino-aprendizagem

Objetivo estratégico: Melhorar o desempenho académico dos alunos

Meta: Melhorar em 0,5% por ano letivo, a avaliação global dos cursos, durante os próximos 3 anos.

Estratégias de atuação:

- Melhorar a coordenação interdisciplinar em cada turma/curso;
- Analisar criticamente as causas e implicações dos resultados obtidos;

- Potenciar o ensino prático e a realização de projetos;
- Reforçar o apoio educativo aos alunos que dele necessitem;
- Implementar espaços de intervenção pedagógica com implementação de projetos como meio de despoletar o interesse e a autoconfiança e autoestima dos alunos;
- Reposição de tempos letivos para os alunos que registem falta de assiduidade injustificada.

Indicador de avaliação:

- Taxa de inscrição para exame;
- Taxa de conclusão do curso;
- Nível de qualidade média registado em cada uma das componentes de formação;
- Nível de qualidade média global registado pela turma;
- Número de PIP (Plano Individual de Trabalho) realizados por turma.

5.3.2 Reduzir o abandono escolar

Objetivo estratégico: Reduzir o abandono escolar.

Meta: Diminuir o abandono escolar 0,5% em cada ano letivo, durante os próximos 3 anos.

Estratégias de atuação:

- Criar um observatório do abandono escolar para registo de todos os casos, de modo a estudar o perfil do aluno em risco;
- Recolha de dados que permitam identificar as causas do abandono escolar;
- Implementar metodologias e estratégias de intervenção concertadas e cooperantes entre todos os agentes tendo em vista acompanhar os alunos em risco;
- Estabelecer parcerias com entidades locais no sentido de prevenir o abandono escolar;
- Assegurar que os encarregados de educação acompanhem todo o processo educativo.

Indicador de avaliação:

- Fluxo escolar;
- Taxa de abandono escolar por turma e por curso, e taxa de abandono global da escola;
- N.º de equipas de apoio e acompanhamento constituídas;
- N.º de diligências efetuadas.

5.3.3 Assegurar o estabelecimento de parcerias, protocolos e projetos internacionais

Objetivo estratégico: Assegurar o estabelecimento de parcerias, protocolos e projetos internacionais.

Meta: Realizar em cada ano letivo um programa de ação participada da escola junto das empresas, instituições de educação locais, regionais e nacionais e o desenvolvimento de projetos internacionais.

Estratégias de atuação:

- Desenvolver parcerias com outras entidades (empresas e instituições) a nível local, regional e nacional;
- Elaborar um programa de ação participada da escola junto do meio local, regional e nacional;
- Dinamização de equipas interdisciplinares de apoio e acompanhamento aos projetos;
- Elaborar candidaturas e desenvolver projetos de cariz internacional como forma de proporcionar aos alunos novos desafios da FCT em contexto europeu.

Indicador de avaliação:

- Número de empresas que integram a Bolsa de Empresas cooperantes;
- Número de protocolos e parcerias celebrados com outras instituições;
- Número de projetos desenvolvidos;
- Nível de satisfação dos projetos desenvolvidos.

5.3.4 Assegurar e reforçar a articulação curricular e a coordenação das equipas pedagógicas

Objetivo estratégico: Assegurar e reforçar a articulação curricular e a coordenação das equipas pedagógicas.

Meta: Organizar, planificar e avaliar a ação das equipas pedagógicas; Produzir materiais didáticos; Fortalecer o desenvolvimento de projetos; Produzir trabalhos para concurso (interno e externo à escola).

Estratégias de atuação:

- Assegurar e reforçar a articulação curricular entre as componentes de formação de um curso;
- Reforçar a articulação interdisciplinar na concretização dos projetos e no desenvolvimento das Provas de Aptidão Profissional (PAP) e Provas de Avaliação Final (PAF);
- Reforçar a articulação de atividades entre turmas de um mesmo curso e entre cursos de acordo com as dinâmicas da escola;
- Operacionalizar reuniões de equipas pedagógicas (reuniões de conselho de turma e reuniões de coordenação de curso).

Indicador de avaliação:

- Número de reuniões realizadas;
- Número de projetos produzidos;
- Nível de qualidade dos projetos desenvolvidos;
- Número de participações em concursos (internos e externos à escola).

5.3.5 Assegurar uma gestão integrada dos equipamentos e recursos físicos

Objetivo estratégico: Assegurar uma gestão integrada dos equipamentos e recursos físicos.

Meta: Realizar em cada ano letivo um plano de intervenção e manutenção dos equipamentos.

Estratégias de atuação:

- Assegurar a realização do Plano de Manutenção Preventiva por parte da direção de recursos físicos tendo em conta as necessidades identificadas pelos colaboradores e o histórico das intervenções;
- Assegurar a manutenção de equipamentos e recursos físicos da escola;
- Definir o controlo de acessos ao sistema informático por parte da direção, serviços administrativos, professores e alunos;

Indicador de avaliação:

- Histórico de intervenções, para cada ano letivo;
- Inventário dos equipamentos e recursos físicos existentes na escola;
- Inventário de necessidades de equipamentos;
- Nível de qualidade das instalações e dos equipamentos afetos à formação;
- Nível de adequabilidade dos equipamentos face à evolução tecnológica e quanto ao número necessário.

5.3.6 Promover uma cultura de autoavaliação

Objetivo estratégico: Promover uma cultura de autoavaliação.

Meta: Promover uma cultura de autoavaliação tendo em vista o progresso sustentado do funcionamento e autonomia da escola.

Estratégias de atuação:

- Assegurar a mobilização de todos os agentes educativos no processo de autoavaliação;
- Medir o grau de envolvimento dos intervenientes;
- Conhecer o nível de satisfação dos diferentes agentes educativos;
- Elaborar um Plano de Ação que reúna informação sobre o nível de organização e funcionamento da escola;
- Análise e reflexão ao Plano de Ação para planeamento de ações de melhoria contínua às práticas educativas, à gestão e ao planeamento das atividades da escola;
- Manter o procedimento sistemático de acompanhamento ao processo de autoavaliação.

Indicador de avaliação:

- Relatório de autoavaliação da escola;
- Planos de melhoria contínua.

5.3.7 Valorizar o mérito e a excelência dos resultados das aprendizagens

Objetivo estratégico: assegurar o processo de autoavaliação da escola

Meta: Reconhecer, valorizar e estimular o mérito, o empenho e a dedicação dos alunos no seu desempenho escolar.

Estratégias de atuação:

- Valorizar o mérito e a excelência dos resultados das aprendizagens;
- Melhorar o sucesso das aprendizagens;
- Contribuir para o desenvolvimento pessoal dos alunos, assente numa dimensão individual, social, cívica e relacional.

Indicador de avaliação:

- Divulgar os melhores alunos de cada um dos cursos;
- Atribuir a menção de "Melhor Aluno" da escola em sessão solene;

5.3.8 Aumentar o nível de envolvimento dos pais e encarregados de educação

Objetivo estratégico: assegurar o processo de autoavaliação da escola

Meta: Intensificar o nível de envolvimento e participação dos pais e encarregados de educação no Plano Anual de Atividades da escola.

Estratégias de atuação:

- Promover reuniões com os pais e encarregados de educação para abordar temas como: critérios de avaliação; gestão do currículo; técnicas e instrumentos de avaliação; competências a atingir; organização e funcionamento da escola; regulamento interno; projeto educativo; plano anual de atividades;

- Incentivar os pais e encarregados de educação a um acompanhamento ao processo de aprendizagem dos alunos;
- Promover a participação dos pais e encarregados de educação nos órgãos de gestão intermédia da escola.

Indicador de avaliação:

- Número de ações e atividades realizadas;
- Número de pais e encarregados de educação participantes;
- Grau de satisfação dos pais e encarregados de educação participantes.

5.3.9 Alargar o leque da oferta formativa da escola

Objetivo estratégico: Diversificar a oferta formativa e responder positivamente ao plano estratégico nacional de cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Meta: Diversificar a oferta formativa; Contribuir para o aumento das taxas de escolarização ao nível do secundário; Criar condições para que mais jovens integrem cursos CEF e Cursos Profissionais na nossa escola.

Estratégias de atuação:

- Criar ofertas de formação em áreas que correspondam às expectativas dos alunos e das empresas;
- Divulgar a oferta educativa da escola junto da comunidade envolvente;
- Reforçar as ações de divulgação junto das escolas públicas;

Indicador de avaliação:

- Diversidade da oferta formativa

6. OBJETIVOS GERAIS

6.1 OBJETIVOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE FAFE

À EPFafe compete-lhe racionalizar e contribuir para a construção do significado da inovação, atendendo à forte modernização e dinâmica que se faz sentir no tecido económico-social. Assim, de acordo com os princípios e valores orientadores, estabelecem-se os seguintes objetivos gerais:

6.1.1 Objetivos de âmbito pedagógico

- a) Promover o sucesso educativo;
- b) Eliminar o abandono escolar;
- c) Preparar os jovens para a sua integração na vida ativa, promovendo a sua qualificação profissional;
- d) Favorecer a aproximação entre a escola e o mundo do trabalho e facultar aos jovens contactos com o mundo empresarial e a experiência profissional;
- e) Alargar a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação em contexto curricular e extracurricular;
- f) Incentivar a ocupação e valorização dos tempos livres dos alunos através de projetos de prolongamento de atividades extracurriculares;
- g) Implementar projetos.

6.1.2 Objetivos de âmbito institucional

- a) Incentivar a participação dos encarregados de educação e alunos na gestão escolar;
- b) Incrementar a formação dos recursos humanos da escola;
- c) Aperfeiçoar os mecanismos de gestão interna (planificação e controlo das atividades);
- d) Divulgar informações sobre o funcionamento interno da instituição;
- e) Privilegiar áreas de intervenção prioritária no domínio educacional.

6.1.3 Objetivos de âmbito relacional

- a) Fomentar a melhoria do clima de convivência e de relacionamento interpessoal;
- b) Fomentar o trabalho de equipa;
- c) Aprofundar as relações com instituições exteriores;
- d) Promover a camaradagem e o respeito mútuo;
- e) Valorizar a imagem da escola junto da comunidade;
- f) Contribuir para a política da qualidade.

6.1.4 Objetivos de âmbito administrativo-financeiro

- a) Gerir o financiamento de forma equitativa e justa;
- b) Implementar o Sistema de Gestão da Escola;
- c) Ativar estruturas para a gestão dos recursos (espaços físicos, materiais e humanos);
- d) Utilizar, sempre que possível, o correio eletrónico;
- e) Optar pelo arquivo digital sempre que o tipo de documentação o permita.

6.1.5 Objetivos de âmbito estrutural

- a) Melhorar as condições físicas dos espaços escolares;
- b) Melhorar o atendimento à comunidade educativa nos Serviços Administrativos;
- c) Manter atualizado o Site da Escola;
- d) Atualizar os equipamentos;
- e) Adquirir novo material didático.

Assim, podemos afirmar que o presente Projeto Educativo foi elaborado na base no otimismo escolar no que se prende com a participação e diálogo de todos os agentes da comunidade educativa.

7. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

7.1 PRINCÍPIOS, VALORES E LINHAS GERAIS DE ATUAÇÃO

7.1.1 Princípios e Valores orientadores

Estando certos que só a qualidade será o elemento de competitividade que fará a diferença, o nosso Projeto Educativo versa "Formar para a Qualidade ... formar para a excelência". Assim, será sustentado por um conjunto de princípios e valores conforme a seguir se enunciam:

- A formação para uma cultura de qualidade;
- A participação na vida escolar de forma responsável e solidária;
- O respeito mútuo;
- A construção da identidade pessoal e profissional;
- As relações interpessoais;
- A comunicação, incorporação e desenvolvimento tecnológicos;
- A reflexividade e responsabilidade social.

7.1.2 Linhas gerais de atuação

Na linha do desenvolvimento da construção da imagem da escola como identidade consensual, tornar-se-á necessário desencadear mecanismos de interiorização dos princípios e valores, estabelecendo e mobilizando a ponte partilhada da cultura de e com qualidade na lógica intencional da obtenção de uma educação de e com sucesso. Assim, será defendida:

- a) A escola como **lugar de educação para as novas oportunidades**, concretizando duas ideias-chave, uma Nova Oportunidade para os jovens concluírem a escolaridade obrigatória com uma qualificação, garantindo melhores taxas de aproveitamento escolar e uma Nova Oportunidade para os jovens de nível secundário, preparando-os para a sua integração no mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos.
- b) A escola como **lugar de educação para as novas tecnologias** da informação e comunicação trazendo mudanças ao nível dos processos de ensino-aprendizagem e nas dinâmicas das atividades curriculares e extracurriculares.
- c) A escola como **lugar de igualdade de oportunidades e géneros** encerrando em si a compreensão do mundo, possibilitando a troca de saberes e experiências entre todos.
- d) A escola como **lugar da educação para a inclusão**, desenvolvendo processos de inovação e mudança que concedam com eficácia os mesmos direitos e oportunidades a todos os alunos.
- e) A escola como **lugar de educação ambiental** promovendo a mudança de atitudes e uma intervenção participada pelo apelo a uma relação de equilíbrio entre o homem e a natureza e à cooperação na construção de um ambiente de qualidade.
- f) A escola como **lugar de educação para a saúde**, no sentido de permitir a aquisição de comportamentos positivos e a promoção de estilos de vida saudáveis.

- g) A escola com **lugar de educação para o desporto**, promovida não só através da componente curricular, bem como pela regularização de práticas físicas saudáveis.

A par destas linhas de atuação, estão ainda estruturados planos de ação concertada que privilegiam:

- a) Escola como sistema aberto:** Sem perder de vista os seus alicerces estruturais, a EPFafe considera que só tem a ganhar com a institucionalização dum sistema aberto a contributos que possam vir dos mais diversos quadrantes (*alunos, professores, encarregados de educação, empresários, associações, autarquias*). A melhoria do sistema passa por uma intervenção participada de todos os agentes na estruturação de funcionamento da escola e nos momentos de autoavaliação e regulação dos processos, que passam pela:

- Integração dos agentes locais no Conselho Consultivo;
- Cultura de parcerias que a escola promove junto de empresas e instituições;
- Bolsa de empresas cooperantes;
- Representação da EPFafe no Conselho Local de Educação.

Temos ainda outra vertente de abertura que a EPFafe fomenta: a receção aos novos alunos e professores; a comemoração de dias festivos; as Jornadas Literárias do concelho; as Jornadas Pedagógicas e/ou Desportivas/Radicais; a participação em Concursos nacionais; os Encontros com Empresários; a Formação em Contexto de Trabalho; a Sessão Solene de entrega de Diplomas entre outros momentos de convívio, de alegria, de amizade, que contribuem para garantir a abertura do sistema e fomentam o espírito de unidade.

- b) Escola como Sistema Humanizado:** O Projeto Educativo da EPFafe desenvolve-se dentro do espírito duma constante cooperação, numa perspetiva de formação globalizante, onde a vertente humanista predomina. O aluno não é mais um elemento que faz parte do aparelho global, o aluno é o sujeito em função do qual a Escola existe, devendo tratar do aluno personalizadamente, auxiliando-o a resolver problemas, aconselhando-o, contribuindo não apenas para a formação do profissional qualificado, mas também do cidadão consciente e responsável. Para tal a escola cultiva o ensino individualizado, a valorização das capacidades dos alunos bem como o apelo aos seus interesses e motivações e ainda ao apelo à participação das ações promovidas pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO).

- c) Escola como espaço de "cultura cívica":** Preconiza-se que todos os intervenientes no processo de formação interajam com sinceridade e sentido de responsabilidade, preparando os jovens para intervirem corretamente na sociedade. Em prol deste princípio, a EPFafe fomenta as seguintes premissas:

- Cultura de participação nos órgãos de gestão intermédia da escola;
- Integração e exploração da "cultura cívica" no plano curricular das disciplinas;
- Dinamização e promoção de atitudes e valores cívicos em todos os espaços e atividades escolares.

7.2 DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Os princípios e valores atrás enunciados reafirmam a relevância e necessidade da sua aplicação enquanto pilares para a orientação do ato educativo protagonizado pela EPFafe.

7.2.1 Do problema ao objetivo estratégico

A diversidade de contextos implica, certamente, a heterogeneidade de estratégias, porém, a multiplicidade de pontos de vista não deve originar percursos paralelos ou divergentes, mas sim convergentes nos propósitos definidos para a ação da Escola. Assim, devemos pensar numa ponte respeitadora dos princípios definidos entre os diversos documentos verdadeiramente intitulados de projetos, que não sendo projetos, serão relevantes para uma análise da articulação e coerência da ação de determinada organização educativa:

- **Projeto Educativo da Escola** – O documento que consagra o planeamento institucional e estratégico da escola, onde se aborda de forma clara, entre outros, a missão, a visão, os objetivos e as estratégias que orientam a ação educativa no âmbito da sua autonomia e se afirma a sua identidade da escola.
- **Regulamento Interno** – O documento que define a regulação da organização e funcionamento da escola, nomeadamente, no estabelecimento de regras e normas que marcam a convivência entre os diferentes atores da ação educativa e estabelecem a estrutura organizacional da comunidade escolar.
- **Plano Anual de Atividades** – É por excelência o documento de caráter operacional da ação educativa da escola. Traduz o que se pretende fazer, sendo desse modo, a explicitação prática dos objetivos gerais definidos no Projeto Educativo, onde se calendarizam e programam as atividades e ações, se diagnosticam as condições de partida, os meios de que a escola dispõe e se definem responsabilidades.
- **Projeto de regulação/balanço de avaliação das aprendizagens** - sendo um dos elementos essenciais à avaliação dos resultados na concretização do Plano Curricular dos cursos, deve garantir a salvaguarda da sua função formativa e a intervenção de todos os atores educativos – alunos, docentes e encarregados de educação – definindo-se com precisão os momentos e modos de intervenção.
- **Projeto de regulação/avaliação da organização (avaliação interna)** - a evolução de qualquer organização só é garantida na medida em que ela souber desenvolver um processo de autorreflexão. E esta só será contabilizada com êxito se cada um dos componentes do sistema individual ou coletivo der o seu contributo. Só com uma análise dos processos e das metas atingidas se poderão reformular objetivos, estratégias e metodologias que garantam a consecução das finalidades.

Todos estes documentos têm de ser percebidos e construídos como um *corpus* coerente e com sentido.

7.3 PLANEAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA

7.3.1 Articulação entre Projeto Educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades

Objetivo a atingir: Garantir a «interiorização» do Projeto Educativo por parte da toda a Comunidade Educativa

Estratégias de atuação e de divulgação:

- Disponibilizar na página da Internet da Escola o Projeto Educativo, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Atividades, o Manual da Qualidade e permanentemente para consulta na sala de professores, biblioteca e Dossier Técnico-Pedagógico;
- Proceder à apresentação pública do Projeto Educativo quando aprovado pela Direção Geral da Escola;
- Divulgar o Projeto Educativo, o Regulamento Interno e Manual da Qualidade junto dos alunos e dos Encarregados de Educação, ao nível da Direção de Turma e/ou Direção de Curso no início de cada ano letivo.

7.3.2 Oferta Educativa

Objetivo a atingir: Garantir o alargamento e diversidade da oferta formativa

Estratégias de atuação:

- Disponibilizar cursos nas modalidades das Novas Oportunidades, tendo em vista dar resposta à procura dos jovens e às necessidades das empresas;
- Proceder à constituição de uma equipa de projetos no sentido de garantir a organização e promoção dos cursos e vários níveis e modalidades de ensino;
- Mobilizar a equipa de trabalho que compõe o "*Observatório de Eficácia e Qualidade*" e os SPO da escola para que procedam ao levantamento das necessidades empresariais locais.

7.3.3 Formação contínua dos agentes educativos

Objetivo a atingir: Garantir a formação contínua e permanente de todos os agentes educativos.

Estratégias de atuação:

- Identificar as necessidades de formação e elaborar o plano de formação Interna;
- Organizar e desenvolver formação que garanta o adequado desenvolvimento em áreas consideradas prioritárias;
- Organizar sessões informativas para os pais e encarregados de educação dos alunos de forma a garantir uma atuação articulada de todos os agentes educativos.

7.3.4 Realização do Ensino e das aprendizagens - Prática letiva

Objetivos a atingir: Promover o sucesso educativo dos alunos; Investir na inovação no sentido de garantir a melhoria das aprendizagens; Fomentar a participação dos pais e encarregados de educação no processo de aprendizagem dos seus educandos.

Estratégias de atuação:

- Desenvolver atividades de integração dos alunos na Escola;

- Implementar estratégias que possibilitem aprendizagens práticas cada vez mais significativas;
- Diversificar as metodologias de Ensino/Aprendizagem de forma a promover a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos, a partir do trabalho dos docentes ao nível de cada disciplina, a partir de uma planificação adequada e de uma articulação curricular;
- Valorizar a participação do aluno no processo de aprendizagem e na criação de projetos inovadores;
- Apetrechar as salas de aula de materiais e equipamentos necessários à consecução dos objetivos delineados;
- Envolver os pais e encarregados de educação nas atividades desenvolvidas na escola e no acompanhamento dos seus educandos.
- Promover estratégias facilitadoras de enriquecimento de competências que passam pela dinamização de painéis-debate, colóquios, conferências e visitas de estudo.

7.3.4 Avaliação das aprendizagens

Objetivos a atingir: Diversificar os instrumentos de avaliação; Fomentar a avaliação formativa e sumativa; Promover a autoavaliação; Valorizar os processos para além dos resultados.

Estratégias de atuação:

- Definir critérios gerais para avaliação dos alunos;
- Diversificar processos e instrumentos de avaliação dos alunos, adequando-os a cada área de formação e/ou disciplina;
- Reforçar os instrumentos e atividades formativas e sumativas;
- Garantir momentos de autoavaliação, indutores de autonomia e corresponsabilização dos alunos;
- Fomentar a valorização dos processos para além dos resultados.

7.3.5 Ambiente educativo

Objetivos a atingir: Promover o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida da escola; Valorizar a comunicação e participação de toda a comunidade educativa.

Estratégias de atuação:

- Realização de atividades que familiarizem os encarregados de educação com a Escola;
- Criação de mecanismos e estratégias que envolvam os encarregados de educação no processo educativo;
- Promoção de atividades, ao nível do Plano Anual de Atividades, que apelem à sua presença e participação;
- Organização de um espaço mais eficaz para atendimento dos encarregados de educação;
- Divulgação oportuna de atividades e da oferta formativa da escola utilizando meios diversificados;
- Intercâmbio de atividades culturais;
- Desenvolvimento de atividades que promovam a cultura cívica.

7.3.6 Serviço de Psicologia e Orientação

Objetivo a atingir: Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores, pais e encarregados de educação, no contexto das atividades educativas, tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas.

Estratégias de atuação:

- Avaliar necessidades e prestar apoio psicopedagógico a alunos com insuficiente rendimento escolar;
- Identificar e analisar as causas de insucesso escolar e propor medidas e planos de estudos ajustados às características e necessidades de alunos específicos;
- Apoiar os processos de ensino-aprendizagem, prevenindo e detetando dificuldades nas aprendizagens;
- Promover a cooperação entre família e escola;
- Realizar sessões de esclarecimento no âmbito da *Orientação Escolar e Vocacional* divulgando possíveis ofertas formativas.

7.3.7 Implementação de parcerias e protocolos

Objetivo a atingir: Alargar o leque de parcerias e protocolos celebrados com empresas e instituições locais, regionais, nacionais e internacionais.

Estratégias de atuação:

- Alicerçar relações institucionais com empresas, organizações e órgãos de gestão político-administrativa locais, nacionais e internacionais;
- Divulgar as potencialidades que a Escola possui.

7.3.8 Promoção da igualdade de oportunidades e géneros

Objetivo a atingir: Promover um sistema aberto à comunidade envolvente e onde a dimensão da igualdade de oportunidades e géneros seja tida em consideração numa lógica de inclusão social e profissional.

Estratégias de atuação:

- Assegurar que aquando da seleção de formandos este princípio seja garantido;
- Inserir jovens no mercado de trabalho independentemente da proveniência sócio-cultural e económica;
- Acolher jovens provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's);
- Garantir que as barreiras entre os sexos e responder mais positivamente para com as empresas.
- Promover a interculturalidade.

8. FORMAÇÃO MINISTRADA

8.1 DESTINATÁRIOS

Podem ingressar na Escola Profissional de Fafe os jovens que, tendo concluído o 9.º ano de escolaridade pretendam enveredar por uma via profissionalizante para cursos de Nível IV ou os jovens que pretendam concluir o 9.º ano de escolaridade integrando Cursos de Educação e Formação de Nível II. Concluídos os cursos para o qual se formaram, aos jovens é-lhes atribuído um Diploma e um Certificado de Qualificação Profissional de acordo com o nível de qualificação.

Sem prejuízo do prosseguimento dos estudos, direito fundamental de qualquer cidadão, a EPFafe pretende, sobretudo, contribuir para a empregabilidade dos jovens que frequentam os seus cursos, fornecendo-lhes competências e estágios, assim prosseguindo o objetivo fundamental que presidiu à sua criação. Consciente de que há uma notória carência de quadros médios qualificados, é na formação destes jovens quadros que a EPFafe aposta, segura de que toda a formação visa satisfazer as necessidades do tecido empresarial.

A candidatura aos cursos da EPFafe é feita mediante a realização de provas de seleção de acordo com o curso em questão. O número de vagas para cada curso é afixado anualmente pela escola, assim como o calendário para as candidaturas, provas de seleção, matrícula e inscrição.

A admissão do aluno na EPFafe para a frequência de qualquer curso, está sujeita à celebração de um Contrato de Educação e Formação, assinado entre a Escola e o Aluno ou Encarregado de Educação no caso do aluno ser menor. Neste constam os deveres e direitos de cada uma das partes, podendo a escola rescindir unilateralmente a qualquer altura, no caso de incumprimento ou infração grave, por parte do aluno, de acordo com os respetivos regulamentos e normas da escola.

8.2 OFERTA FORMATIVA

8.2.1 Cursos

À EPFafe compete-lhe racionalizar e contribuir para a construção do significado da inovação, atendendo à modernização e dinâmica que se faz sentir no tecido económico-social. Correspondendo aos objetivos definidos, a EPFafe privilegia a criação de cursos cujo interesse e necessidades se fazem sentir na região.

Assim a escola oferece *cursos de nível IV e cursos de nível II*. Todos estes cursos têm um desenvolvimento curricular perfeitamente ajustado aos objetivos que prosseguem e aos perfis de formação. Para todos os cursos está garantida a Formação em Contexto de Trabalho numa empresa e/ou instituição da área. O plano curricular de cada curso é o que se encontra legalmente definido por portarias do Ministério da Educação.

A Oferta Educativa poderá ser conhecida nos meios de divulgação fixados pela Direção Geral da Escola para cada ano letivo.

8.2.2 Adequação da formação à satisfação de necessidades de recursos humanos qualificados a nível local, regional e nacional

Existe uma elevada adequação da formação ministrada na escola às necessidades de recursos humanos qualificados. Para responder positivamente às necessidades empresariais e responder às expectativas das mesmas, os cursos funcionam em estreita e permanente ligação com as empresas. A escolha das áreas de formação assenta nos seguintes elementos:

- a) Numa auscultação às entidades empregadoras da Região, tais como a Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, a Associação Comercial de Vila Real, a Associação Comercial de Vila do Conde, a Associação Comercial de Espinho, a Associação Empresarial de Felgueiras, SERVIREGE Consultoria Empresarial, Unipessoal, Lda., União Empresarial do Vale do Minho e empresários dos concelhos de Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto.
- b) Numa análise a estudos existentes na região, Carta Educativa de Fafe, Plano Estratégico de Fafe, Plano de Desenvolvimento Social, entre outros.
- c) Reuniões entre todas as entidades promotoras de educação/formação no sentido de criar uma rede escolar concelhia sem sobreposição de oferta formativa.

Depois de identificadas as necessidades são lavrados pareceres favoráveis que suportam a candidatura aos Cursos a que a EPFafe se propõe desenvolver. Os principais pareceres são oriundos da Câmara Municipal de Fafe sob acordo e aprovação da DREN.

9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL

9.1 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

9.1.1 Processos de monitorização

Existe uma sistematização do processo de monitorização coerente durante a formação, a inserção profissional e o acompanhamento do percurso dos diplomados. Para pôr em prática uma formação profissional de qualidade e qualificante, a escola possui mecanismos de monitorização para cada uma das etapas (*formação, inserção profissional e acompanhamento do percurso dos diplomados*). Nesta medida os cursos funcionam em ligação estreita e permanente com as empresas para dar resposta às necessidades e expectativas das mesmas.

- a) Durante a realização da formação:** O acompanhamento do aluno durante a formação e na relação escola/empresa é assegurado por uma equipa pedagógica de trabalho composta pelo Diretor Pedagógico, Coordenador Pedagógico, Diretor de Curso, Orientador Educativo de Turma, Docentes, Orientador (s) da FCT e Orientador de Prova de Aptidão Profissional (PAP). Esta equipa tem como função aferir/validar as competências adquiridas pelo aluno. Estes são ainda acompanhados, durante o curso, pelos SPO através do Programa de "Desenvolvimento de Competências na Procura do Primeiro Emprego" e "Orientação Profissional". Compete à equipa pedagógica a organização, realização e avaliação do curso, a articulação interdisciplinar e o acompanhamento do percurso formativo dos alunos, promovendo o sucesso educativo e, através de um plano de transição para a vida ativa, uma adequada integração no mercado de trabalho. Privilegiamos o acompanhamento individualizado, os trabalhos de projeto/investigação, a simulação de situações reais em sala/laboratório, as visitas de estudo, a partilha de experiências com profissionais qualificados e a cooperação direta com o tecido empresarial.
- b) Durante a inserção profissional:** Durante a formação, o aluno mantém contactos regulares com o tecido empresarial local como forma de enriquecimento curricular e promoção de simulação de situações reais vivenciadas no mundo do trabalho. Estes contactos são o ponto de partida para a inserção gradual do aluno no mercado de trabalho, perspetivando o seu acolhimento profissional nos quadros da empresa após a concretização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e a conclusão do curso. É na consecução da FCT e na apresentação da Prova de Aptidão Profissional (PAP) e Prova de Avaliação Final (PAF) que as respostas do meio empresarial são mais visíveis, contratando os jovens diplomados. É também nesta altura que se procede a um balanço à formação ministrada e à sua adequação às necessidades do meio, de forma a permitir aos jovens uma eficaz inserção no mercado de trabalho. A taxa de empregabilidade reflete esta realidade.
- c) Acompanhamento pós-formação:** Abertas as portas ao primeiro emprego, a escola, através dos SPO, oferece aos jovens diplomados um acompanhamento individualizado, visando a procura do 1.º emprego e o seu sucesso na vida profissional.

9.1.2 Organização curricular e avaliação

Os planos de estudo dos cursos ministrados na Escola Profissional de Fafe seguem o plano de estudos aprovado por lei. Incluem componentes:

- Sociocultural (*para ensino profissional e cursos CEF*);
- Científica (*para ensino profissional e cursos CEF*);
- Técnica (*integrando a Formação em Contexto de Trabalho, para ensino profissional*)
- Tecnológica (*para cursos CEF*);
- Prática - Formação em Contexto de Trabalho (*para cursos CEF*).

A formação das componentes técnica, tecnológica e prática devem ser desenvolvidas, sempre que possível, em ligação com as empresas e centros de formação locais, proporcionando a realização da formação em contexto de trabalho e de experiências de trabalho.

É obrigatória a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP - para o ensino profissional) e a Prova de Avaliação Final (PAF - para os cursos de educação e formação), para conclusão do curso, a qual fazem parte integrante da avaliação e devem comprovar saberes e competências desenvolvidas ao longo da formação.

9.1.3 Organização da formação em contexto de trabalho

A formação em contexto de trabalho (FCT) realiza-se em posto de trabalho em empresas/instituições, sob a forma de estágio/experiência de trabalho. Enquanto nos Cursos Profissionais se realiza em duas etapas distintas, numa fase intermédia (2.º ano) e numa fase final do curso (3.º ano), nos Cursos de Educação e Formação ocorre na fase final do curso, sendo a FCT regida por um Regulamento, definida por um Plano de Formação da FCT e assente num Protocolo de Cooperação/FCT celebrado entre a EPFafe e a empresa/instituição.

A organização e desenvolvimento da FCT obedecem a um "Plano de Formação em Contexto de Trabalho", objeto de negociação entre as partes envolvidas e subscrito pelo aluno, pelo órgão de Direção executiva da escola, pela empresa/instituição e também pelo encarregado de educação, em caso de alunos menores de idade. A FCT desenvolve-se sob orientação de um professor responsável pela lecionação de disciplinas da componente de formação tecnológica, designado "Orientador da FCT", que assegura as funções pedagógicas em relação direta com um ou mais alunos, supervisionando a realização da sua atividade prática e funcionando como elemento de ligação entre o estabelecimento de ensino e a empresa/instituição onde é acompanhado pelo "Orientador Profissional /Monitor da FCT".

A FCT é encarada como o início de um processo que visa preparar o jovem para a futura atividade profissional, permitindo-lhe o contacto com situações e experiências reais.

A avaliação da FCT é contínua e incide sobre as capacidades de adaptação do aluno ao meio profissional e à capacidade de aplicação dos conhecimentos, competências e atitudes desenvolvidos durante a formação. Durante a FCT o aluno faz-se acompanhar da sua Caderneta da FCT e no fim elabora um Relatório, elemento a integrar na avaliação. Nesta fase é valorizada a autoavaliação do aluno para que este tenha consciência das suas capacidades e limites, bem como permitir uma reflexão sobre a sua forma de estar e atuar, que deverá depois manter e desenvolver na sua vida profissional. A classificação/avaliação final da componente de FCT resulta do cumprimento/qualidade dos critérios de avaliação observados nos alunos. Cabe ao Conselho Pedagógico o

acompanhamento e a ratificação da avaliação do funcionamento da Formação em Contexto de Trabalho na pessoa do Diretor de Curso.

9.1.4 Mecanismos de recuperação em situações de insucesso escolar

Tendo em vista a promoção do sucesso escolar dos alunos e como meio de combater possíveis dificuldades/insucesso, a escola dispõe de mecanismos a promover ao longo do curso e que assentam em metodologias educacionais de apoio e encorajamento para os alunos que manifestam maiores dificuldades. Essas metodologias assentam:

- a) A valorização da avaliação formativa/formadora com carácter sistemático positivo e contínuo, onde se privilegia a participação e responsabilização por parte de todos os intervenientes no processo de aquisição de competências;
- b) O ensino individualizado e dirigido às capacidades, motivação e ritmo próprio de cada aluno;
- c) Ações de acompanhamento e complemento pedagógico, orientadas para a satisfação de necessidades específicas;
- d) A exploração das áreas reveladoras de maiores potencialidades por parte do aluno;
- e) Atividades de enriquecimento e utilização TIC no processo do ensino-aprendizagem;
- f) A existência de épocas especiais de exames;
- g) O maior envolvimento e acompanhamento por parte de todos os intervenientes no processo educativo;
- h) Ações de orientação escolar e profissional e de apoio ao desenvolvimento psicológico individual dos alunos, pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO);
- i) Ações de apoio ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social dos alunos, visando igualmente a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos de risco.

9.1.5 Serviços especializados de Apoio Educativo

Os serviços especializados de apoio educativo destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, devendo conjugar a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

Os SPO funcionam na direta dependência do Órgão Executivo. Estes serviços apresentam anualmente um Plano Anual de Atividades (P.A.A.) que é aprovado pela Direção da Escola. No final do ano letivo, estes serviços apresentam um relatório sumário de suas atividades para análise/avaliação da Direção da Escola. Cabe aos SPO:

- a) Proceder ao acompanhamento sistemático de casos com problemas específicos de aprendizagem e/ou comportamento;
- b) Acompanhar os alunos na sua integração;
- c) Sensibilizar e orientar a família nos aspetos psicológicos relativamente ao desenvolvimento do jovem, de modo a intervir mais eficazmente no processo educativo;
- d) Participar no processo de orientação vocacional e profissional dos alunos;
- e) Colaborar no planeamento, organização e monitorização de ações de formação/sensibilização;
- f) Efetuar pesquisa, análise e tratamento da informação científica e instrumentos de avaliação psicológica, no âmbito da formação profissional.
- g) Apoiar na divulgação da oferta formativa junto de outras instituições realizando *Sessões Externas de Informação Escolar e Profissional*.

- h) Executar um *Programa de Desenvolvimento de Competências de Procura de Emprego* junto dos finalistas dos nossos cursos, visando facilitar os processos de procura e obtenção de colocação profissional dos mesmos.

9.2 RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL

9.2.1 Envolvimento institucional do tecido social na escola

A participação de entidades representativas do tecido social nas atividades da escola é considerada como fundamental para a promoção de formas de cooperação e a inserção no mercado de trabalho dos jovens diplomados.

O envolvimento do tecido social em órgãos da escola é conseguido através de **protocolos firmados com diversas empresas da região e pela participação destas entidades no Conselho Consultivo**. Por um lado, são beneficiadas as empresas que recebem os estagiários, criando condições para a sua futura inserção e recebendo simultaneamente conhecimentos atualizados e "Know-how" técnico, por outro lado, é beneficiada a Escola que presta um serviço de utilidade ao tecido social e empresarial e que cria condições favoráveis à inserção do seu produto final – os jovens diplomados.

No *Conselho Consultivo da Escola* têm assento representantes das principais instituições do concelho de Fafe, sendo eles:

- a) O Presidente da entidade proprietária, que presidirá;
- b) Um Representante da AEFafe responsável pelo pelouro da escola;
- c) O Diretor Executivo;
- d) O Diretor Pedagógico;
- e) O Diretor Financeiro;
- f) Um Representante do Conselho Municipal de Educação;
- g) Um Representante do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Fafe;
- h) Um Representante do I.E.F.P.;
- i) Um Representante das Entidades Empregadoras.

9.2.2 Envolvimento da escola no tecido empresarial local

O envolvimento institucional do tecido social é também reforçado pela prestação de serviços da Escola à comunidade. Neste sentido, esta prestação de serviços passa por várias vertentes:

- *Serviços com caráter de sensibilização/informação.*
- Promoção de *seminários, colóquios e exposições* em estreita colaboração com as entidades com quem a escola estabelece protocolos.

9.2.4 Estabelecimento de parcerias e protocolos

Existem atividades de cooperação/projetos conjuntos com instituições a nível local, regional, nacional e internacional. Passa-se a citar:

- a) A nível local: Câmara Municipal de Fafe; Junta de Freguesia; Conselho Local de Educação; Casa de Cultura de Fafe; I.E.F.P; Instituto Superior de Tecnologia de Fafe; Santa Casa da Misericórdia; Grupo Nun` Álvares e bolsa de empresas/instituições;
- b) A nível regional, realizamos projetos de cooperação com Escolas Profissionais e com a Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto;
- c) A nível nacional estamos inseridos na ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais);
- d) A nível internacional com Câmaras Distritais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com empresas acolhedoras de Jovens estagiários em países europeus.

10. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Enquanto ferramenta promotora da qualidade e da eficácia da ação educativa, o projeto educativo deve ser avaliado num processo que se constitui não só como um meio de análise e de reflexão sobre a organização dessa estrutura educativa, como também num veículo de promoção de boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados e de constante aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade.

A avaliação do projeto educativo visa assim medir o grau de realização das ações, as medidas e as atividades consumadas no seu plano estratégico para o desenvolvimento da ação educativa que preconizou. Esta avaliação constitui-se como um processo de aferição aos resultados obtidos, às metas alcançadas e aos objetivos concretizados face aos recursos disponibilizados. Em suma, a avaliação do projeto educativo constitui um instrumento indispensável para o aperfeiçoamento e melhoria do próprio projeto educativo. Entre outras evidências e contributos a avaliação do projeto educativo permite:

- a) Reconhecer os pontos fortes e os pontos fracos do projeto educativo;
- b) Rever estratégias e metodologias de trabalho;
- c) Perspetivar a regulação da ação educativa;
- d) Contribuir para a formação dos atores participantes.

Assim sendo, pressupõem a mobilização e a implicação de todos os atores educativos, fazem parte destas ações:

- a) O apoio, o controlo, a supervisão e a avaliação para assegurar a realização das medidas instituídas na linha de atuação;
- b) Prevenir os desvios e retificar as ações para conseguir um grau de conformidade com o plano estratégico.
- c) A reflexão aos resultados da avaliação e controlo ao desempenho do sistema.

Para medir/quantificar o nível de satisfação das metas do Projeto Educativo da Escola a sua avaliação é realizada por um processo sistemático e contínuo ao longo do ano/curso, mediante a aplicação de questionários (***inquéritos aos diferentes membros da comunidade educativa e inquéritos aos stakeholders***), pela recolha de níveis de satisfação dos intervenientes no sistema e pelo estudo de parâmetros que permitam aferir o cumprimento das estratégias e o alcance dos objetivos delineados. Para tal são feitos estudos aos seguintes **parâmetros de avaliação**:

- a) Nível de consecução e qualidade das atividades desenvolvidas;
- b) Grau de envolvimento dos intervenientes;
- c) Limitações reveladas e formas encontradas para suprimir as dificuldades na sua implementação;
- d) Índices de igualdade de oportunidades e de género bem como as características sócio-económicas dos alunos/famílias e participação dos encarregados de educação na vida da escola;
- e) Condições das instalações e equipamentos afetos à formação;
- f) Nível de adequabilidade dos equipamentos face à evolução tecnológica e quanto ao número necessário;
- g) Taxas de empregabilidade, de abandono e de sucesso;
- h) Repercussões do acompanhamento dos alunos durante e após o acompanhamento por parte do SPO.
- i) Nível de satisfação das empresas acolhedoras de alunos em FCT;

- j) Quantificação das ações de formação interna realizadas, bem como da adequação às reais necessidades formativas, número de participantes, grau de satisfação e do impacto pós-formação no funcionamento da escola.

Da análise a toda esta informação resulta a **elaboração de relatórios regulares** provenientes dos vários departamentos e/ou responsáveis de direção (direção geral da escola, direção executiva, direção financeira, direção pedagógica, direção de recursos físicos e responsável das tecnologias de informação), que são divulgados e alvo de uma reflexão crítica por parte de todos os agentes da comunidade educativa e no final de cada ano letivo à elaboração de um **Relatório Anual de Atividades**. O Relatório Anual de Atividades constitui-se como um documento de avaliação das ações desenvolvidas na escola e constantes no Plano Anual de Atividades. Este relatório é um documento fundamental, pois, para além da sua função de avaliação, ele assume igualmente funções de diagnóstico e de informação. Diagnóstico, na deteção de constrangimentos na consecução das metas e objetivos definidos e procurar, desse modo, introduzir eventuais alterações no plano de atividades seguinte. Informativo, no sentido de disponibilizar à comunidade educativa informação relevante, permitindo assim, um maior conhecimento e avaliação relativamente ao futuro da escola.

A aprovação, acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo são da competência do **Conselho Geral de Escola**. Esta avaliação é ainda coordenada e apoiada pelo **Observatório de Eficácia e Qualidade da Escola** que desencadeia os processos de autoavaliação e aplica os instrumentos adequados à sua consecução. Da consecução/avaliação do Projeto Educativo é aplicado o **Plano de Marketing e Comunicação** que visa a difusão dos resultados e tem como propósito criar, definir e gerir a imagem da escola, firmando a visão, a missão e o seu plano estratégico. Este processo difusão é depois materializado em duas vertentes: na comunicação interna (a toda a comunidade educativa) e na comunicação-marketing (site da escola; nos *mass media*; na publicidade e no marketing direto).

11. CONCLUSÃO

Preparar os alunos para a vida é precisamente o objetivo essencial, que estamos certos que será atingido, se conseguirmos dos professores uma maior disponibilidade e um ensino mais personalizado e dinâmico e um total empenho por parte dos alunos.

A Escola profissional de Fafe pretende, em suma, um profissional humano, competente e que se adegue ao perfil exigido pelo mundo empresarial e por uma sociedade que cada vez se revela mais exigente. A Escola está vivamente empenhada num trabalho sério e válido, que dignifique e promova todos quantos neste projeto estão envolvidos.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

O projeto educativo foi elaborado com base na legislação em vigor, sendo aprovado pela Direção Geral da Escola, para um horizonte temporal de 3 anos (2011 a 2014) e aberto à sua reformulação e revisão, sempre que seja necessário. Será divulgado por todos os agentes da comunidade escolar.